

PM BA

500 QUESTÕES GABARITADAS - POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DA BAHIA

Soldado (CFS)

DE ACORDO COM O ÚLTIMO EDITAL



CÓD: SL-093AB-26
7908433295532

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. História do Brasil	37
3. Geografia do Brasil	53
4. Matemática	69
5. Informática	79
6. Direito Constitucional	90
7. Direitos Humanos	104
8. Direito Administrativo	118
9. Direito Penal	128
10. Igualdade Racial e de Gênero	138
11. Direito Penal Militar	151

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2025)

Para responder à questão, considere a crônica “O homem que falava naiki” do escritor Luis Fernando Veríssimo (1936-2025).

Quando queriam dar uma ideia de erudição do dr. Solis, as pessoas diziam:

– Basta dizer que ele fala naiki.

Ninguém sabia onde, no mundo, se falava naiki e o próprio dr. Solis, sempre muito circunspecto¹, não ajudava. Dizia apenas:

– É uma língua do grupo dravídico...

Os pais apontavam o dr. Solis às crianças como exemplo de inteligência e cultura. Aliás, os dois exemplos da cidade eram o dr. Solis e o Lelo. O dr. Solis era o exemplo de inteligência e o Lelo, o exemplo de burrice. As crianças deviam estudar para não ser como o lelo. E se estudassem muito um dia ainda seriam como o dr. Solis.

Caravanas de estudantes iam à casa do dr. Solis. “Viemos beber da sua cultura”, dizia a professora. E as crianças, um pouco assustadas, rodeavam o dr. Solis na suabiblioteca. O dr. Solis sorria, pacientemente. Alguma pergunta?

– O senhor já leu todos esses livros?

– Já.

Às vezes uma se arriscava e pedia:

– Diz alguma coisa em naiki.

E o dr. Solis:

– *Za cadu arrarmarral cadverno.*

– Traduz.

Mas aquilo já era pedir demais. A professora arrebatava as crianças para irem embora. Estavam cansando a inteligência do dr. Solis.

Alguns cétricos da cidade desconfiavam que o dr. Solis era um farsante.

E prepararam uma armadilha. Um dia chegaram na casa do dr. Solis com a notícia de que aparecera na cidade, imagine, outra pessoa que falava naiki. O dr. Solis não se afobou. Perguntou onde estava essa pessoa. No hotel? Muito bem. Então precisava ir até lá conversar com ela.

A novidade, como podem imaginar, se espalhou rápido. O Lelo anunciou que ia haver um monólogo entre os dois, e em naiki. Quando o dr. Solis chegou no hotel

havia um bom público para assistir ao encontro das duas inteligências. O forasteiro, outro farsante, contratado para pôr o dr. Solis à prova, já o recebeu com uma frase:

– Bassau rarim ai montul?

O dr. Solis franziu a testa e ficou olhando para o forasteiro, sem dizer nada. Depois disse:

– Como?

Já com um ar superior, o outro repetiu:

– Bassau rarim ai montul?

Suspense na plateia. O dr. Solis seria desmascarado? Será que os cétricos tinham razão? Que todo este tempo o dr. Solis mentia para eles e realmente não sabia umapalavra em naiki? Nem “bom dia”?

– Repita, por favor – pediu o dr. Solis.

– Bassau rarim ai montul?

Aí o dr. Solis sacudiu a cabeça lentamente e, com um sorriso de divertida condescendência para seu interlocutor, comentou:

– Esses dialetos...

Foi carregado em triunfo pelas ruas da cidade. Que cabeça! Na frente do cortejo ia o Lelo, gritando:

– É um potentado²

. É um potentado!

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. *Novas comédias da vida privada*

Porto Alegre: L&PM, 1996, p. 125-126

1 circunspecto: reservado.

2 potentado: indivíduo poderoso.

Suspense na plateia. O dr. Solis seria desmascarado? Será que os cétricos tinham razão? Que todo este tempo o dr. Solis mentira para eles e realmente não sabia uma palavra em naiki?

Nesse trecho, Luis Fernando Veríssimo narra uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

(A) tinham.

(B) sabia.

(C) Será.

(D) seria.

(E) mentira.

2. (FCC - 2022)

Para responder à questão, leia o texto abaixo.

Meu caro,

Não pense que me esqueci das minhas obrigações, muito me aflige estar em dívida com você. Fiquei de lhe entregar os originais até o fim de 2015, e lá se vão três anos. Como deve ser do seu conhecimento, passei ultimamente por diversas atribuições: separação, mudança, seguro-fiança para o novo apartamento, despesas com advogados, prostatite aguda, o diabo. Não bastassem os perrengues pessoais, ficou difícil me dedicar a devaneios literários sem ser afetado pelos acontecimentos recentes no nosso país. Já gastei o adiantado que você generosamente me concedeu, e ainda me falta paz de espírito para alinhar os escritos em que tenho trabalhado sem trégua. Sei que é impróprio incomodá-lo num momento em que a crise econômica parece não ter arrefecido conforme se esperava. Estou ciente das severas condições do mercado editorial, mas se o amigo puder me adiantar mais uma parcela dos meus royalties, tratarei de me isolar por uns meses nas montanhas, a fim de o regalar com um romance que haverá de lhe dar grandes alegrias.

Um forte abraço.

(Adaptado de: BUARQUE, Chico. Essa gente. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, edição digital)

A respeito da forma verbal empregada, o texto legitima o seguinte comentário:

- (A) Em “Como deve ser do seu conhecimento”, tem-se a expressão de um fato possível, mas considerado de pouca probabilidade.
- (B) No trecho “Não bastassem os perrengues pessoais”, existe ideia de ação em processo.
- (C) Em “os escritos em que tenho trabalhado sem trégua”, há emprego de voz passiva.
- (D) Em “passei ultimamente por diversas atribuições”, a forma verbal exprime fato passado considerado contínuo.
- (E) No trecho “um romance que haverá de lhe dar grandes alegrias”, existe, além da ideia de futuro, a de que o fato é desejado.

3. (FCC - 2021)

Vende a casa

O homem falou:

– Comprei esta casa; vendi-a. No intervalo, passaram-se 21 anos. Aconteceram diferentes coisas nesse intervalo. O ditador caiu, subiu de novo, matou-se. A bomba atômica explodiu, inventou-se outra bomba ainda mais terrível. Veio a paz, ou uma angústia com esse

nome. Apareceram antibióticos, aviões a jato, computadores eletrônicos. O homem deu a volta ao universo e viu que a terra era azul. Fabricaram-se automóveis no Brasil. Pela rua passam biquínis aos três, aos quatro, e a geração nova usa rosto novo e nova linguagem. Mas a casa não mudou.

Veja esta pérgula. Está cercada de edifícios agressivos, não tem mais razão de ser, mas é uma pérgula. Quem a mandou fazer deu recepções neste terraço, de onde se descortinavam os morros da Gávea e o mar. Hoje não se vê nada em redor, mas a pérgula é a mesma. O construtor morreu, como o dono primitivo; a pérgula está viva, com sua buganvília.

Esta escada, eu a subia com pernas de gato, nem reparava. Hoje subo contando os degraus que faltam, e, podendo evitar, evito a subida, fico lá embaixo. Ela deve estar-se rindo de mim, que me cansei de depressa.

A sala, o pequeno escritório, está vendo? Tudo resistiu mais do que o morador. Não queria acabar, e de certo, chegando a hora, me enterraria. Não usa mais sair defunto de casa, mas bem que a casa gostaria se, depois de me abrigar tanto tempo, pudesse me expor na sala, prestando mais um serviço. Porque não tem feito outra coisa senão prestar serviço. Às vezes com ironia ou aparentemente de mau humor: porta empenada, soalho abatido, defeitos na instalação elétrica antiquada. Porém seu mau humor nunca foi maior do que o meu, que usei e abusei de seus serviços com impaciência e tantas vezes a desprezei, chamando-a feia e desajeitada.

Tem goteiras; sempre teve, é um de seus orgulhos, ao que parece. Certa madrugada acordamos com a cachoeira no quarto. Tinham-se rompido umas telhas, e o mundo parecia vir abaixo, derretido em chuva. Pois não havia nada de mais sólido na terra do que esta velha casa remendada e maltratada. A prova aí está. Você nos compare, e diga.

Ratos? Sim, é próprio do lugar. Baratas, nem me fale. Passamos 21 anos lutando contra bichos pequenos, mas era combate leal, em igualdade de condições. Eles moravam no porão; nós, na parte de cima. A luta nunca se decidiu, e a casa nos dava chances idênticas. Era seu ingênuo divertimento.

Creio que fui feliz aqui. Trouxemos uma menina, que se levantava cedo para ir ao colégio; ouço ainda o despertador, vozes matutinas, sinto o cheiro de café coado na hora. Seu quarto é o mesmo, a mesma mobília de sucupira que naquele tempo se usava. O retrato dela, feito por um pintor que já morreu, está ali. Hoje é uma senhora que mora longe, e uma vez por ano chega com um senhor e três garotos do capeta. É quando

HISTÓRIA DO BRASIL

1. (FCC - 2023)

No início da colonização portuguesa no Brasil, o emprego do sistema de Capitânicas Hereditárias teve como objetivo

(A) incentivar o povoamento, por meio da distribuição de lotes de terras restritos à faixa litorânea que ainda permaneciam como sendo de propriedade e administração do rei, mas podiam ser explorados economicamente pelos donatários e por seus herdeiros.

(B) acelerar a ocupação de uma região que se estendia do litoral atlântico ao Meridiano de Tordesilhas, por meio da doação de terras a homens de posses, que pudessem desenvolvê-las com recursos próprios, mediante o pagamento de tributos.

(C) promover o desenvolvimento de uma vasta região do território a partir de um experimento inédito, ainda não empregado pela Coroa em suas colônias, e que se mostrou ineficiente, pois diversas capitânicas fracassaram.

(D) assegurar a participação direta de nobres e burgueses ligados à Coroa portuguesa no esforço de colonização, tarefa que resultou, nas catorze capitânicas regulamentadas, na instalação de vilas e sesmarias voltadas ao cultivo da cana.

(E) atrair investidores de diversas nacionalidades, que tivessem capital para empregar na colonização, adquirindo escravizados e se comprometendo, mediante um contrato assinado com a Coroa Portuguesa e com a Igreja Católica, a empregar as leis portuguesas e a catequizar índios e escravizados.

2. (FCC - 2021)

No dia 29 de março de 1549, o fidalgo português Tomé de Souza desembarcou na Baía de Todos os Santos, no Porto da Barra, iniciando a implantação do Governo Geral na Colônia. A partir daí,

(A) ficou estabelecido o fim das Capitânicas Hereditárias, especialmente após o trágico episódio ocorrido com o donatário da capitania da Baía de Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, morto pelos Tupinambás em Vila Velha, em 1546, em um ritual antropofágico.

(B) passou a ser construída a Cidade do São Salvador, que foi projetada pelo construtor Luís Dias para funcionar como sede do Governo Geral na América lusitana, com prédios imponentes construídos na Cidade Baixa, devido ao fácil acesso ao mar.

(C) houve a implantação de um sistema centralizado de poder, por meio do qual o Governador Geral, situado na Cidade do São Salvador, passava a fiscalizar e organizar a Colônia, sendo auxiliado pelo Provedor-Mor, Ouvidor-Mor e Capitão-Mor.

(D) chegaram padres Jesuítas que foram os mais importantes missionários na atuação religiosa na Bahia, priorizando a formação educacional dos nativos e permitindo aos autóctones autonomia para permanecer com suas crenças e costumes.

(E) foi implementado um auxílio do governador aos povos indígenas, que tiveram proteção das autoridades régias contra a escravização promovida pelos colonos, ficando legalizada a proibição dessa prática em solo baiano.

3. (FCC - 2025)

A importância histórica da Batalha de Jenipapo para o Piauí reside

(A) em sua contribuição para a consolidação da Independência concomitantemente ao processo que levou à declaração de D. Pedro I, em setembro de 1822.

(B) na vitória dos portugueses sobre as tropas locais, independentistas, marcando o acirramento dos conflitos entre o Piauí e o Rio de Janeiro.

(C) na vitória conquistada pela cidade de Parnaíba, favorável à independência, sobre Oeiras, que se manteve politicamente fiel a Portugal ao longo de 1823.

(D) na resistência oferecida pelas tropas locais às tentativas de Portugal em manter seu poderio colonial na região norte, mesmo após o “Grito do Ipiranga”.

(E) na última e decisiva derrota militar de tropas fiéis a Portugal nas regiões Norte e Nordeste, onde os estados encontravam-se divididos em relação à adesão ao projeto independentista.

4. (FCC - 2024)

Considere o texto a seguir:

Figura central na política do Pará desde abril de 1822 até o alinhamento ao Rio de Janeiro, em agosto de 1823, Moura [José Maria de Moura, Governador de Armas do Pará] entrou para a historiografia clássica como o símbolo da resistência portuguesa à independência. Para amparar seu pedido de envio de forças armadas por Portugal Moura insistia que havia relações históricas e econômicas que criavam uma relação de hierarquias, nas quais o Maranhão e o Pará eram cabeças de uma região, atando em torno de si províncias que ele denominava como dependentes, tal como Mato Grosso, Piauí, Ceará e o norte de Goiás. A geografia também era descrita como determinante: desfavorável para as relações com o sul é ao mesmo tempo favorável para aumentar as comunicações no interior do bloco, uma vez que a hidrografia era novamente apontada como promissora para escoar os produtos do interior até os portos como o de Belém. Sempre alegando ter continuamente notícias das províncias do interior do continente, Moura insistia que bastava ter forças militares no Maranhão e no Pará para que toda essa região continuasse fiel a Portugal, território que ele lembrava corresponder a um terço dos domínios lusos na América.

(MACHADO, André Roberto de Arruda. Para além das fronteiras do Grão-pará: o peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825). Outros Tempos, v. 12, n. 20, 2015, p

13

As alegações do Governador de Armas do Pará, na época mencionada no texto,

- (A) manifestavam a contrariedade do governo local em relação à Portugal e à relação hierárquica que havia se estabelecido, expondo o potencial econômico e o tamanho daquele território, de modo a exigir o comando, pelo Pará, de toda aquela região.
- (B) sinalizam os esforços empreendidos pelas autoridades no Pará para reforçar, com o apoio bélico da coroa portuguesa, as batalhas travadas na região a fim de evitar a subordinação ao Rio de Janeiro, por considerarem mais vantajoso política e economicamente a manutenção do alinhamento a Portugal.
- (C) salientam a ligação existente entre as duas províncias, Maranhão e Pará, dado que contribui para compreender a existência de um projeto político de autonomia, que almejava uma independência própria, regional, para a posterior fundação de uma república aliada a Portugal.

(D) defendiam que Maranhão e Pará deveriam dominar as demais províncias mencionadas, aliadas ao governo de D. Pedro I no Rio de Janeiro, pois as características geográficas contribuíam para sua superioridade regional e a garantia da unidade territorial daquele território luso.

(E) demonstram que o povo paraense, mesmo sem apoio de Portugal, buscou resistir à independência do Brasil, por diversos fatores que contribuíam para seu evidente distanciamento político em relação ao governo monárquico recém-instituído no Rio de Janeiro.

5. (FCC - 2023)

A Independência do Brasil foi fruto de um processo histórico permeado por fatores externos e internos importantes. São exemplos de um fator externo e um fator interno que impactaram na relação entre Portugal e Brasil, respectivamente,

(A) as Cortes de Cádiz, que obrigaram o pronto retorno de Dom João VI a Portugal, e a circulação de ideias liberais e republicanas na imprensa das principais províncias brasileiras.

(B) a leva de independências ocorrida na América Hispânica, na década anterior, e as manifestações urbanas contra os privilégios da Coroa Portuguesa nos anos 1820, como a Noite das Garrafadas.

(C) a crise política interna de Portugal, devido à invasão de Napoleão, e a pressão popular provocada pelo assassinato de Líbero Badaró, jornalista militante da causa independentista.

(D) o aumento da exploração colonial devido à situação econômica de Portugal após ações de combate, por parte da Inglaterra, ao tráfico negreiro por meio da lei conhecida como Bill Aberdeen, e a criação das Juntas Provisórias nas províncias.

(E) a Revolução Liberal do Porto e o crescimento de mobilizações pela independência em várias regiões da América portuguesa, que demonstravam grande descontentamento por parte das elites locais.

GEOGRAFIA DO BRASIL

1. (FGV - 2025)

Nas últimas duas décadas foi crescente o interesse político e econômico voltado para a implementação de modelos urbanos inteligentes, incentivado pelo acelerado processo de inovação tecnológica.

Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/cidades_inteligentes.pdf. Acesso: 25 Out. 2024.

2024.

Com relação a esse tema que tem ocupado o debate acerca do futuro das cidades, tem se destacado na

I. presença de organizações internacionais, principalmente em relação aos serviços de consultoria e de provedores de tecnologia.

II. busca da melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, garantindo que a distribuição desses serviços ocorra nos diferentes territórios de forma igualitária.

III. redução da participação do Estado, em relação ao provimento de recursos públicos e às ações de planejamento e normatização dos espaços urbanos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (FGV - 2024)

Os processos de globalização e de transnacionalização focalizaram as potencialidades de um novo tipo de conflito, no qual, devido as altas taxas de urbanização durante o final do século XX nos países do Sul Global, as cidades produzem novas centralidades e marginalidades. A atualidade da conflitualidade urbana na América Latina está representada no relatório Citizen Security do Instituto Igarapé, o qual aponta que, dos 20 países mais homicidas do mundo, 17 estão localizados na América Latina, assim como 43 das 50 cidades mais violentas. A região também observa um crescimento de suas taxas de homicídios em 3,7% por ano, três vezes o crescimento populacional de 1,1%. Cabe ressaltar ainda a vulnerabilidade de certos grupos sociais.

Assinale a alternativa que apresenta os fatores que contribuíram para a inserção da violência no processo de construção dos Estados e identidades nacionais dos países da América Latina.

- (A) Rápida urbanização, fácil acesso a armas de fogo e inadequação de políticas sociais de segurança e paz.
- (B) Construções históricas e institucionais dos processos de colonizações, ausência de lutas por independência, longo período de escravidão e governos ditatoriais.
- (C) Problemas de segurança, urbanização fortemente influenciada por aspectos culturais europeus e conflitos entre nações.
- (D) Sistema de segurança que privilegia o Estado, fácil acesso às armas de fogo e conflitos transfronteiriços.
- (E) Influência linguística e cultural norte-americana, rápida urbanização e controle internacional sobre políticas locais.

3. (FGV - 2024)

De acordo com Silva (2011), “No final do século XX presencia-se um movimento caracterizado pela rápida integração de

mercados e circulação acelerada de mercadorias interligando as diversas regiões do mundo, reduzindo sensivelmente o tempo de fricção entre as distâncias. Instaure-se, segundo os economistas, a globalização, expressão do estágio atual do processo de expansão capitalista. As cidades assumiram papel ímpar como lócus da acumulação, pólos de produção e difusão tecnológica e centros reguladores de preços, de bolsas de valores e de grandes transações comerciais.”

SILVA, José Borzacchiello da. *Discutindo o Rural e o Urbano*. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 08, p. 3–11, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6522>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Que consequências puderam ser observadas nas cidades a partir desse novo papel assumido no processo de globalização?

- (A) Com o papel de acumulação adotado pelas cidades, as grandes diferenças entre os espaços rural e urbano deixaram de existir.

4. (FGV - 2023)

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, destacando aqueles que têm uma importância básica, como a acumulação de capital e a reprodução social. Estes processos criam funções e formas espaciais específicas, que constituem a própria organização espacial urbana.

LOBATO, Roberto Correa. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1995, p.36. (Adaptado)

Sobre os processos e formas espaciais, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

() Em razão de suas vantagens locacionais, o preço da terra e dos imóveis na área central é mais elevado; as atividades localizadas na Área Central são aquelas capazes de transformar custos locacionais elevados, e ampla acessibilidade, em lucros maximizados.

() O processo de descentralização é mais recente que o de centralização; o redirecionamento das atividades econômicas para áreas em localidades mais afastadas está relacionado às deseconomias geradas pela excessiva concentração nas áreas centrais.

() À medida que o Estado segrega os grupos sociais, ao controlar integralmente o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção realizam o direcionamento seletivo e a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e F.
- (E) F, F e V.

5. (FGV - 2025)

O Programa de Urbanização de Favelas é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação e tem como foco a urbanização e a regularização fundiária de áreas degradadas, ocupadas desordenadamente e sem infraestrutura. (...) Os objetivos são transformar favelas e loteamentos irregulares em bairros, garantindo a seus moradores o acesso à cidade formal, com ruas asfaltadas, saneamento básico, iluminação e serviços públicos

Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/habitacao/w/programas/237077> Acesso: 22 de dez. 2024.

Correlacione os temas a seguir às respectivas ações.

6. Ações sobre o relevo

7. Combate às enchentes

8. Mobilidade urbana

9. Minimização de ilhas de calor

6. (FGV - 2025)

O planejamento urbano de uma cidade média do interior, que se expandiu rapidamente nas últimas décadas, enfrenta dificuldades para atender às necessidades de sua população, que se desloca diariamente para outras cidades em busca de serviços especializados, como saúde de alta complexidade, educação superior e atividades culturais.

A análise desse fenômeno sob a ótica da Teoria das Localidades Centrais revela que uma de suas principais limitações reside no fato de que essa teoria:

- (A) ignora a importância da hierarquia urbana, pressupondo que todas as cidades têm a mesma capacidade de oferecer bens e serviços;
- (B) enfatiza o papel dos fluxos de longa distância na organização da rede urbana, negligenciando as relações de proximidade e a importância da hinterlândia;
- (C) considera que as cidades se desenvolvem de forma isolada, sem levar em conta a influência de outros centros urbanos ou a interdependência entre eles;
- (D) desconsidera a natureza dinâmica das relações entre as cidades, tratando-as como entidades estáticas e não levando em conta as interações entre os agentes;
- (E) aborda as cidades como elementos autônomos, não reconhecendo a existência de uma rede urbana hierarquizada, onde cada centro influencia os outros.

7. (FGV - 2025)

Os processos contemporâneos de urbanização caracterizam-se pela formação de aglomerações que frequentemente transcendem os limites municipais. Essa dinâmica complexa e multifacetada exige novas abordagens analíticas que considerem a intrincada teia de relações que moldam o espaço urbano.

Diante desse contexto, as dimensões do conceito de “arranjos populacionais” adotado pelo IBGE, ao analisar o fenômeno da urbanização, privilegiam:

- (A) a fragmentação do espaço construído e a hierarquia urbana;
- (B) a polarização econômica e as conexões com centros de escala global;
- (C) o tamanho da população e o desenvolvimento econômico regional;
- (D) a integração populacional e a contiguidade das manchas urbanizadas;
- (E) os fluxos de mercadorias e os recortes político-administrativos.

6. (FCC - 2022)

Oito cartões, numerados de 1 a 8, sem repetições, são distribuídos em duas caixas, **A** e **B**, de modo que a soma dos números dos cartões da caixa **A** seja igual à soma dos números dos cartões da caixa **B**. Se na caixa **A** há três cartões, então, certamente,

- (A) o cartão com número 8 está na caixa **A**.
- (B) o cartão com número 7 está na caixa **A**.
- (C) o cartão com número 3 está na caixa **B**.
- (D) os cartões com números 1 e 2 estão na caixa **B**.
- (E) o cartão com número 4 está na caixa **B**.

7. (FCC - 2022)

Ana, André e Abel são trigêmeos e têm um irmão 5 anos mais novo. Das alternativas a seguir, a única que poderia ser a soma das idades dos 4 irmãos é

- (A) 26
- (B) 18
- (C) 22
- (D) 27
- (E) 24

8. (FCC - 2022)

Com os números de 1 a 9 devem ser formados três números de três algarismos de forma que a soma desses três números seja a menor possível. Essa soma é

- (A) 774
- (B) 801
- (C) 1.368
- (D) 792
- (E) 810

9. (FCC - 2025)

Um número inteiro e positivo é chamado de bidivisível se ele é divisível por sua unidade e por sua dezena, por exemplo, 36 é bidivisível, pois é divisível por 3 e por 6.

A quantidade de números bidivisíveis entre 10 e 30 é

- (A) 2
- (B) 6
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 3

10. (FCC - 2024)

João comprou, em uma loja, 2,50 metros de tecido por R\$ 96,00 cada metro. O tecido comprado tinha 70 cm de largura e foi cortado em quadrados de 30 cm de lado para fazer lenços. Essa mesma loja vende quadrados do mesmo tecido, de lado 30 cm, por R\$ 216,00 a dúzia. Ao fazer os cortes sozinho, João economizou, por lenço, em R\$,

- (A) 4,00.
- (B) 2,00.
- (C) 3,00.
- (D) 2,50.
- (E) 3,50.

11. (FCC - 2023)

Em cada um de 35 cartões em branco, João escreveu ou o número 3 ou o número 4. Ao final, somou os 35 números escritos e percebeu que a soma era par e múltiplo de 17. O valor da soma é

- (A) 102
- (B) 136
- (C) 170
- (D) 204
- (E) 68

12. (FCC - 2022)

Maria quer cortar uma corda em 6 pedaços de mesmo tamanho e marca os pontos onde deverá efetuar os cortes. José quer cortar a mesma corda em 8 pedaços de mesmo tamanho e também marca os pontos onde a corda deve ser cortada. Carlos corta a corda em todos os pontos marcados por Maria e José. O número de pedaços de corda resultante é:

- (A) 11
- (B) 13
- (C) 10
- (D) 12
- (E) 9

13. (FCC - 2020)

Marcelo viaja ao exterior uma vez a cada 15 meses. A última vez que Marcelo viajou ao exterior foi em agosto de 2019. A próxima vez em que Marcelo viajará ao exterior em agosto se dará no ano de

- (A) 2027
- (B) 2023
- (C) 2024
- (D) 2026
- (E) 2025

INFORMÁTICA

1. (FCC - 2025)

Um Tribunal Regional do Trabalho precisa armazenar documentos sigilosos em uma pasta dentro do sistema Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Para garantir que apenas usuários autorizados possam acessar e modificar os arquivos já nela inseridos, é necessário configurar corretamente as permissões de segurança da pasta. Para isso, é necessário clicar na pasta com o botão direito do mouse,

(A) acessar Propriedades > Segurança, clicar em Editar... remover usuários indesejados e adicionar apenas os usuários autorizados, ajustando para cada um as permissões, conforme necessário.

(B) localizar e alterar a configuração de Compartilhamento Avançado, desmarcar a opção "Compartilhar esta pasta", garantindo assim que apenas o criador da pasta tenha acesso.

(C) acessar Propriedades > Segurança > Avançado, remover todos os usuários da lista e manter apenas o grupo Administradores, pois estes são os únicos usuários autorizados.

(D) acessar Propriedades, ativar a opção Somente Leitura e, em seguida, alterar as permissões de compartilhamento para "Acesso Público", permitindo que apenas usuários autenticados possam modificá-la.

(E) mover a pasta para a unidade C:\Windows. pois qualquer pasta criada nessa localização herda permissões restritivas por padrão. Em seguida, modificar as permissões na guia Compartilhamento. concedendo acesso apenas aos usuários autorizados.

2. (FCC - 2024)

No Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário, executando como administrador, na área do *prompt* de comandos (cmd), digita help attrib para saber como os parâmetros R e H serão úteis para o que ele necessita fazer com alguns arquivos. Assim, ele obteve o significado desses parâmetros que são, correta e respectivamente, um atributo de

(A) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo oculto.

(B) restauração de arquivo e um atributo de exame de integridade de arquivo.

(C) arquivo morto e um atributo de integridade de arquivo.

(D) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo padrão.

(E) recuperação de arquivo fixado e um atributo de arquivo sem conteúdo indexado.

3. (FCC - 2022)

Os documentos criados em um computador com Microsoft Windows normalmente são gravados em uma pasta chamada Documentos do HD ou SSD, ou em outra pasta selecionada pelo usuário. Para evitar a perda do documento caso ocorram falhas graves nesses dispositivos de armazenamento, é aconselhável manter um backup do documento em um pen drive ou HD externo, por exemplo. Estando duas janelas do Windows abertas, lado a lado, sem documentos selecionados, uma com a pasta Documentos do HD e outra com a unidade de pen drive, para copiar um arquivo da pasta Documentos para o pen drive basta

(A) pressionar as combinações de teclas CTRL + X e CTRL + V.

(B) manter pressionada a tecla SHIFT e arrastar o arquivo da janela da pasta Documentos para a janela do pen drive.

(C) arrastar o arquivo da janela da pasta Documentos para a janela do pen drive.

(D) pressionar as combinações de teclas CTRL + C e CTRL + V.

(E) clicar no menu Arquivo e na opção Copiar e, depois, na opção Arquivo e Colar.

4. (FCC - 2022)

Um dos primeiros passos para se proteger um computador com o Windows 10, em português, contra *malwares* é desativar a reprodução automática de dispositivos USB, CD, Blu-ray, DVD etc. Isso faz com que, quando se conectar, por exemplo, um *pen drive* em uma porta USB, qualquer *malware* que seria executado automaticamente seja evitado. Em condições ideais, para se chegar à janela onde será possível desativar a reprodução automática para todas as mídias e dispositivos, clica-se na tecla com o símbolo (logotipo) do Windows, depois na sequência de opções:

- (A) Configurações > Dispositivos > Reprodução automática.
- (B) Acessórios > Configurações > Autoexecutar.
- (C) Explorador de Arquivos > Autoexecutar > Dispositivos.
- (D) Painel de Controle > Dispositivos > Autoexecutar.
- (E) Painel de Controle > Sistema e Segurança > Reprodução automática.

5. (FCC - 2022)

Por meio das régua que aparecem no Microsoft Word 2010, em português, é possível definir margens, recuos e tabulações no documento em edição. Porém, estas régua muitas vezes não estão visíveis. Para torná-las visíveis deve-se clicar em

- (A) Página Inicial > Mostrar régua.
- (B) Layout > Ativar régua.
- (C) Exibir > Régua > Horizontal e vertical.
- (D) Página Inicial > Régua > Exibir régua.
- (E) Exibir > Régua.

6. (FCC - 2022)

Para criar um formulário no Microsoft Word 2010, em português, e adicionar controles como caixas de seleção, caixas de texto, selecionadores de data e listas suspensas, é necessário habilitar a guia *Desenvolvedor*, que não é exibida por padrão. Para se chegar ao local da janela onde será possível habilitar essa guia, clica-se em

- (A) Arquivo > Barra de Ferramentas > Opções > Guias.
- (B) Referências > Opções > Personalizar Barra de Ferramentas.
- (C) Arquivo > Opções > Personalizar Faixa de Opções.
- (D) Exibir > Guias > Formulários.
- (E) Exibir > Personalizar Guias > Meu Superior.

7. (FCC - 2025)

No Word do Microsoft Office 365 é possível a coautoria, em que múltiplas pessoas trabalham no mesmo documento e cada pessoa vê as alterações dos outros em tempo real. Após um Analista ter acessado o *Word online* (<https://www.office.com/launch/Word/>) em condições ideais, salvo o +no *Onedrive* ou *SharePoint*, estando com esse documento aberto na tela, pode-se ativar a coautoria em tempo real, a partir de um clique

- (A) em Coautoria na caixa de combinação de mesmo nome, inserir os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, selecionar a opção *Pode editar* e clicar no botão *ok*.
- (B) no menu *Revisão*, na opção *Coautoria*, Inserir e-mails das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, confirmar que a caixa de checagem *Permitir edição* esteja marcada e clicar no botão *ok*.
- (C) no menu *Editar*, na opção *Compartilhar*, selecionar os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, selecionar a opção *Pode editar* e clicar no botão *Enviar*.
- (D) em *Compartilhar* na caixa de combinação de mesmo nome, inserir os e-mails das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, escolher as permissões para permitir a edição e clicar em *Enviar*.
- (E) no menu *Arquivo*, na opção *Gerenciar acesso*, Inserir os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, marcar a opção *Editor* e clicar no botão *enviar*.

8. (FCC - 2025)

Um funcionário de um Ministério Público pretende dividir em três colunas um texto digitado no Microsoft Office 365 (Word), em português, funcionando em condições ideais e, posteriormente, inserir uma legenda. Para essas duas operações, inicialmente ele teve que acessar, respectivamente, as guias

- (A) *Layout* e *Correspondências*.
- (B) *Inserir* e *Referências*.
- (C) *Layout* e *Referências*.
- (D) *Inserir* e *Correspondências*.
- (E) *Inserir* e *Legendas*.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2023)

A separação de poderes, prevista na Constituição Federal de 1988, configura-se como

- (A) fundamento da República.
- (B) princípio fundamental.
- (C) princípio de regência das relações internacionais.
- (D) objetivo fundamental da República.
- (E) direitos e garantias individuais e coletivos.

2. (FCC - 2021)

Antônio teve decretadas em seu desfavor interceptações telefônicas pela autoridade judicial competente para investigação de fato certo, tipificado como crime apenado com reclusão. No curso dessa diligência, foram descobertas outras infrações penais, revelando outros autores e partícipes. Sobre esse caso concreto, os Tribunais Superiores entendem que a prova emprestada

- (A) não é admitida em razão de, nesta parte, ter sido obtida por meio ilícito.
- (B) é admitida, pois relativa a crime conexo praticado pelo mesmo averiguado interceptado.
- (C) é admitida, quando se tratar de outro fato e as partes forem coincidentes.
- (D) é amplamente admitida, desde que garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- (E) não é admitida, salvo se os fatos novos ou autores já estiverem incluídos em procedimento em curso.

3. (FCC - 2020)

Ao disciplinar a liberdade religiosa como direito fundamental e aspectos correlatos, a Constituição Federal

- (A) assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva, sujeita aos termos da lei, que poderá, no entanto, vedá-la nas entidades militares, quando necessário aos imperativos da segurança nacional.
- (B) veda que se estabeleçam formas de proteção aos locais de culto e suas liturgias, sob pena de ofensa à laicidade do Estado brasileiro.

(C) impede que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa, exceto se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que terá direitos políticos suspensos.

(D) autoriza União, Estados, Distrito Federal e Municípios a agirem, na forma da lei, em colaboração de interesse público com cultos religiosos ou igrejas.

(E) proíbe a instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços de templos de qualquer culto, ainda que não relacionados com suas finalidades essenciais.

4. (FCC - 2019)

Em virtude da disciplina constitucional das liberdades de associação e reunião,

- (A) ninguém será compelido a associar-se ou manter-se associado, salvo no caso de filiação a entidade sindical, nos termos da lei.
- (B) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, exceto para fins de utilização por partidos políticos.
- (C) a realização de reuniões pacíficas independe de autorização, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente apenas na hipótese de já haver outra convocação para o mesmo local.
- (D) as associações poderão ter suas atividades suspensas pela autoridade administrativa competente, embora sua dissolução compulsória dependa de decisão judicial.
- (E) é vedada interferência estatal no funcionamento de associações e cooperativas, embora a criação das últimas esteja sujeita aos termos da lei.

5. (FCC - 2018)

Com fundamento na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), pais de alunos com paralisia cerebral e cadeirantes constituíram associação, em cujos fins institucionais encontra-se a possibilidade de defender em juízo e fora dele os interesses daqueles e de outros vulneráveis, nas mesmas condições. Dois meses após sua criação decidiram em assembleia promover demanda coletiva em face do Município onde residiam para compeli-lo, assim como as empresas prestadoras do serviço de transporte, a tornar acessível a respectiva frota. Os réus foram citados e deverão apresentar resposta. Nesse caso,

- (A) há ilegitimidade de parte, pois a associação foi constituída há menos de um ano, requisito temporal insuperável.
- (B) falta-lhe pertinência temática, porquanto a associação foi criada pelos pais de alunos com paralisia cerebral e cadeirantes, de modo que o interesse é claramente egoístico.
- (C) a associação é parte ilegítima para figurar no polo ativo da demanda, pois seu objeto deve ser perseguido pelos demais legitimados.
- (D) será possível ao magistrado dispensar o requisito da constituição temporal da associação e examinar se se faz presente a pertinência temática, para fins de reconhecimento da legitimidade da associação.
- (E) se houver ações individuais propostas por alguns dos associados, com o mesmo objeto, deve-se aguardar a solução das mesmas.

6. (FCC - 2018)

Em virtude de reportagem publicada em jornal de circulação nacional, determinado servidor público federal descobre que foi citado em representação formulada por cidadão perante o Tribunal de Contas da União, para apuração de supostas irregularidades em sede de licitação conduzida por órgão da Administração federal. Diante disso, o servidor requer à corte de contas acesso aos autos do procedimento, para conhecimento e extração de cópias. O Presidente da Corte, no entanto, indefere o pedido.

Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal, ao servidor

- (A) cabe impetrar mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- (B) cabe impetrar mandado de segurança, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) cabe impetrar habeas data, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

(D) cabe impetrar habeas data, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.

(E) não cabe ajuizar ação de natureza mandamental, uma vez que não lhe assiste direito líquido e certo a ter acesso aos autos.

7. (FCC - 2022)

José e Jairo tiveram violado o mesmo direito líquido e certo em razão de abuso de poder de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Nesse caso, José e Jairo

- (A) não poderão impetrar mandado de segurança coletivo, ainda que o direito violado não possa ser amparado por habeas corpus ou habeas data.
- (B) poderão impetrar mandado de segurança individual, ainda que o direito violado possa ser amparado por habeas corpus.
- (C) poderão impetrar, conjuntamente, mandado de segurança coletivo, desde que o direito violado não possa ser amparado por habeas corpus ou habeas data.
- (D) não poderão impetrar mandado de segurança individual nem coletivo, pois, para isso, é necessário que o agente coator seja autoridade pública.
- (E) poderão impetrar mandado de segurança individual ou coletivo, desde que o direito violado não possa ser amparado por habeas corpus ou habeas data.

8. (FCC - 2025)

O direito à alimentação adequada:

- (A) pode ser efetivado por meio da cobrança de anuidade relativa à alimentação por instituição pública de ensino profissional em regime de internato.
- (B) é direito social estabelecido por Emenda Constitucional, considerando a regulamentação existente sobre o direito de ser alimentado no capítulo constitucional sobre a assistência social.
- (C) integra o conceito de assistência social e é uma das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na forma de benefício eventual.
- (D) diz respeito a um direito do ser humano, sem previsão constitucional expressa, mas que pode ser deduzido do artigo 5º, §1º, e, por essa razão, é norma fundamental e constitucional.
- (E) realiza-se por meio da segurança alimentar e nutricional, considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.

DIREITOS HUMANOS

1. (FCC - 2024)

Documento que é considerado um marco na história dos direitos humanos e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações,

(A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, enuncia uma gama de direitos e liberdades que não poderão, em nenhum caso, ser exercidos contrariamente às finalidades e aos princípios das Nações Unidas.

(B) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, constitui uma Comissão e uma Corte de Direitos Humanos como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes no Pacto.

(C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que o exercício pelos indivíduos dos direitos e liberdades que enuncia só poderá ser limitado pela lei, exclusivamente com o fim de garantir o exercício dos direitos e liberdades dos outros.

(D) o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966 consigna que os Estados-Partes comprometem-se assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que enumera.

(E) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, prevê que nenhuma de suas disposições poderá ser interpretada de forma a excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou decorrentes de forma democrática de governo.

2. (FCC - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas e prevê que as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio

(A) gozarão da mesma proteção social.

(B) deverão gozar de um patamar mínimo de direitos, de acordo com o contexto nacional.

(C) adquirirão a nacionalidade de suas genitoras, quando não atenderem ao regimento nacional para aquisição de nacionalidade.

(D) têm direito a cuidados e assistência especiais, exceto para aquelas advindas de adoção simples.

(E) obterão a proteção estatal quando o poder familiar não decorrer do nascimento com vida.

3. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

(A) todo ser humano tem direito à educação, favorecendo a amizade apenas entre todos os grupos raciais, mas não a amizade entre todos os grupos religiosos.

(B) todo ser humano tem direito à educação, obrigatória no ensino fundamental e superior, sendo que esta última será baseada na condição social e não no mérito.

(C) todo ser humano tem direito à educação, a qual será gratuita obrigatoriamente nos graus elementares, fundamentais e superiores.

(D) a educação elementar não é obrigatória, sendo gratuito o ensino técnico-profissional.

(E) os pais têm prioridade do direito na escolha do gênero de educação que será ministrada a seus filhos.

4. (FCC - 2023)

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948,

(A) todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção, salvo se fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença a pessoa.

(B) ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo em período de guerra declarada de acordo com as leis de caráter nacional e internacional.

(C) todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, ainda que a perseguição seja motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

(D) ninguém será mantido em escravidão ou servidão, sendo a escravidão e o tráfico de escravos proibidos em todas as suas formas.

(E) ninguém poderá ser culpado por ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito, admitindo-se apenas a imposição de pena mais grave do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso, se previsto em norma de direito internacional.

5. (FCC - 2022)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda que, como diz o nome, proclame direitos, também estabelece **expressamente** que todos os seres humanos têm deveres para com

(A) o planeta terra, para garantir condições de sobrevivência às gerações futuras.

(B) a pátria, espaço privilegiado de exercício da igualdade, fraternidade e liberdade.

(C) o Estado, por meio do qual as pessoas humanas têm preservados seus direitos.

(D) os povos estrangeiros, participando de ações solidárias sempre que sua dignidade esteja ameaçada.

(E) a comunidade fora da qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade não é possível.

6. (FCC - 2021)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu preâmbulo, de forma expressa,

(A) proclama a Declaração como ideal comum a ser conquistado pelos diferentes povos em suas lutas históricas presentes e futuras.

(B) considera legítima a rebelião contra a tirania e a opressão, desde que dentro dos limites apontados na própria Declaração.

(C) destaca ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações e que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei.

(D) conclama todos os povos e nações a pactuar, por tratados e convenções, compromissos de observância da Declaração.

(E) propõe, para evitar que se repitam, o repúdio público e a sanção aos atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade.

7. (FCC - 2025)

Considerando o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e os comentários gerais do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da Organização das Nações Unidas, o dever de não regressividade em matéria de direitos sociais vem:

(A) fundamentado, pelo CDESC, na natureza interdependente dos direitos humanos e na ideia de que os retrocessos nos direitos sociais conduzem a um necessário retrocesso na observância dos direitos civis e políticos que compõem o núcleo essencial da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(B) excepcionado, de acordo com o texto do PIDESC, nas situações em que os Estados signatários, embora tenham reconhecido determinado direito, ainda não lograram implementá-lo na prática, bem como em tempos de crise econômica interna, cujo enfrentamento demande medidas de austeridade.

(C) afirmado indiretamente no preâmbulo do PIDESC, ao alertar que os contextos em que a degradação das condições de vida da população se mostra mais aguda são propícios para eclosão de conflitos armados internos e externos que ameaçam a paz.

(D) previsto de forma expressa no texto do PIDESC, ao dispor que os Estados signatários se comprometem a implementar progressivamente os direitos nele previstos e, ao mesmo tempo, a adotar medidas para que os direitos já conquistados não sejam revogados ou reduzidos.

(E) afirmado pelo CDESC, ao observar que todas as medidas de caráter deliberadamente regressivo demandam consideração cuidadosa e devem ser justificadas pelos Estados, considerando a totalidade dos direitos do Pacto e o contexto de aproveitamento do máximo de recursos de que se disponha.

8. (FCC - 2024)

Ao estabelecer mecanismos para acompanhamento das ações que preconiza, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais prevê:

I. Os Estados-Partes comprometem-se a apresentar relatórios sobre as medidas que tenham adotado e sobre o progresso realizado com o objetivo de assegurar a observância dos direitos reconhecidos no Pacto.

II. Os relatórios deverão ser encaminhados ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, o qual enviará cópias ao Conselho Econômico e Social, para exame, de acordo com as disposições do Pacto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2024)

Trata-se de princípio(s) da Administração Pública expressamente previsto(s) na Constituição Federal:

- (A) Supremacia do interesse público.
- (B) Proporcionalidade e Igualdade.
- (C) Motivação e Economicidade.
- (D) Probidade Administrativa e Eficácia.
- (E) Eficiência e Moralidade.

2. (FCC - 2022)

O ato administrativo consistente na publicação da nomeação de novos servidores públicos no Diário Oficial do Estado do Amazonas atende ao princípio da

- (A) eficiência.
- (B) publicidade.
- (C) proporcionalidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) supremacia do interesse público.

3. (FCC - 2022)

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4. (FCC - 2022)

Com relação aos princípios da Administração Pública,

- (A) o rol dos princípios da Administração Pública elencados na Constituição Federal é exaustivo.
- (B) os Poderes Legislativo e Judiciário não estão sujeitos aos princípios da Administração Pública no exercício de suas funções típicas ou atípicas.

5. (FCC - 2022)

Está dentre os princípios que regem as licitações e constam do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 o princípio da

- (A) motivação.
- (B) economicidade.
- (C) moralidade.
- (D) segurança jurídica.
- (E) celeridade.

6. (FCC - 2021)

A Administração Pública deve voltar-se exclusivamente para o interesse público e não para o interesse privado, vedando-se, assim, o favorecimento a alguns indivíduos em detrimento de outros. Portanto, o alvo a ser alcançado pela Administração é somente o interesse público. Trata-se de aplicação do princípio da

- (A) eficiência.
- (B) autotutela.
- (C) impessoalidade.
- (D) razoabilidade.
- (E) especialidade.

7. (FCC - 2020)

De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, os princípios da Administração pública da

- (A) moralidade e publicidade devem ser obedecidos por uma autarquia estadual.
- (B) legalidade e universalidade devem ser obedecidos por uma assembleia legislativa estadual.
- (C) eficiência e competência devem ser obedecidos por empresas públicas estaduais.
- (D) exclusividade e impessoalidade devem ser obedecidos por instituições sem fins lucrativos não governamentais.
- (E) prudência e eficiência devem ser obedecidos pelos órgãos da administração direta estadual.

8. (FCC - 2024)

Alguns princípios que regem a Administração Pública não constam expressamente de nenhum diploma normativo, mas são de observância obrigatória. Dentre eles, o princípio da

(D) supremacia do interesse público que é frequentemente invocado para fazer prevalecer a decisão da Administração Pública que atenda o interesse público sobre os interesses do particular.

(E) tutela, que, como decorrência da hierarquia, possibilita que a Administração Pública Direta controle os atos praticados pela Administração Pública Indireta, inclusive para anulação ou revogação.

9. (FCC - 2021)

Sobre os princípios da Administração pública, considere:

I. O controle que a Administração direta exerce sobre entidade autárquica não é balizado pelo princípio da hierarquia.

II. O princípio da proporcionalidade, em sua formulação doutrinária dominante, é composto por três subprincípios, a saber: necessidade, utilidade e adequação.

III. O princípio da motivação impõe que sejam motivadas todas as decisões vinculadas, dispensada a motivação das que adotadas sob competência discricionária.

IV. A norma da LINDB que impede que se invalidem situações plenamente constituídas com amparo em orientações gerais então vigentes é um exemplo de aplicação do princípio da proteção da confiança legítima.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

10. (FCC - 2020)

Atenção: a questão a seguir se refere a Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública.

Considerando os princípios que regem a Administração Pública, de acordo com o princípio da:

I. Indisponibilidade do interesse público, os interesses públicos não se encontram à livre disposição do Administrador público.

II. Supremacia do interesse público, a Administração Pública está sempre acima dos direitos e garantias individuais.

III. Segurança jurídica, deve ser prestada a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.

11. (FCC - 2024)

No regular exercício das funções administrativas, a Administração Pública pode praticar atos administrativos de diversas espécies, de natureza vinculada ou discricionária, a exemplo

(A) do alvará de demolição, de natureza discricionária, cabendo à autoridade competente avaliar a oportunidade e a conveniência do pedido, levando em consideração elementos como adequação em relação ao bairro, momento econômico, político e outros fatores.

(B) da aplicação de sanção disciplinar a um servidor, de natureza vinculada, diferentemente das sanções de outra natureza, que dão lugar a decisões discricionárias, de facultativa edição.

(C) do deferimento de pedido de licença gestante, que pode ser discricionário ou vinculado, conforme o termo inicial se inicie antes ou após o nascimento.

(D) da aplicação de sanção a um contratado ou um servidor quando caracterizadas as condutas, podendo a autoridade competente anistiar as penas, discricionariamente, se discordar da conclusão.

(E) da concessão de licença para edificação, de natureza vinculada, ficando a autoridade obrigada a emitir o ato diante de integral atendimento aos requisitos legais.

12. (FCC - 2023)

O poder em que o administrador fica preso ao enunciado da lei, mas esta **NÃO** estabelece um único comportamento a ser adotado por ele em situações concretas corresponde ao poder da Administração Pública conhecido como

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) legal.
- (D) não abusivo.
- (E) de polícia.

13. (FCC - 2020)

Atenção: a questão a seguir se refere a Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública.

Quanto à discricionariedade ou vinculação dos atos administrativos, é correto afirmar:

(A) Quanto ao ato vinculado, o administrador público goza de certo poder para praticá-lo ou não, havendo possibilidade de opção para sua atuação no caso concreto; com relação ao ato discricionário, o administrador público pode praticá-lo ainda que não previsto em lei.

DIREITO PENAL

1. (FCC - 2022)

O dolo direto de segundo grau

(A) impede a desclassificação do delito para a forma tentada.

(B) é puramente cognitivo no direito penal brasileiro.

(C) leva em consideração a finalidade última do agente representado pelo resultado típico.

(D) está presente quando o agente tem consciência do risco criado por seu comportamento, considera seriamente sua realização e se conforma com o resultado lesivo.

(E) se verifica com a consciência sobre os resultados necessários para atingir determinado fim e a vontade de seguir adiante.

2. (FCC - 2022)

César é açougueiro e está trabalhando regulamentemente no freezer do açougue, quando uma pessoa, fugindo da Polícia, se esconde atrás de algumas peças de carne, sem que César tenha percebido. Ao terminar seu turno, cansado, César acaba jogando uma enorme faca em direção a um armário, momento em que a faca acaba por acertar fatalmente o fugitivo. Sobre a conduta de César, trata-se de caso de exclusão

(A) do dolo por erro de tipo.

(B) da imputabilidade.

(C) da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.

(D) do dolo por erro de proibição.

(E) de ilicitude.

3. (FCC - 2020)

Em relação à tipicidade penal, **correto** afirmar que

(A) é excluída pelos chamados princípios da insignificância e adequação social, ausentes tipicidade formal e material, respectivamente.

(B) o consentimento do ofendido, às vezes, pode afastar a própria tipicidade da conduta e, em outras, constituir causa supralegal de exclusão da ilicitude, segundo entendimento doutrinário.

(C) o erro sobre elemento do tipo exclui o dolo e, por isso, incide sobre a ilicitude do comportamento, refletindo na culpabilidade, de modo a excluí-la ou atenuá-la.

(D) é afastada nas hipóteses de crime impossível e arrependimento posterior.

(E) o dolo, segundo a teoria finalista, constitui elemento normativo do tipo.

4. (FCC - 2021)

O crime impossível

(A) demanda o potencial lesivo da conduta e a ausência de elementos subjetivos do tipo para sua configuração.

(B) ocorre quando o agente em situação de extrema vulnerabilidade pratica um fato típico em razão da falta de apoio do Estado.

(C) pode ocorrer em caso de furto em estabelecimento comercial se a vigilância concretamente tornar impossível a consumação do delito.

(D) é reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça quando o agente já possuidor da droga a oferece ao policial, que efetua a prisão em flagrante.

(E) pela impossibilidade absoluta do meio ocorre quando o objeto não pode sofrer a ação típica, como no caso de alguém que atira da janela uma pessoa que já estava morta.

5. (FCC - 2020)

No tocante à tentativa, acertado afirmar que

(A) é impunível nos casos de contravenção penal e de falta grave no curso da execução penal.

(B) o cálculo da prescrição em abstrato é regulado pelo máximo da pena cominada ao delito imputado, menos dois terços.

(C) não incide o respectivo redutor na fixação da quantidade de dias-multa.

(D) é aplicável o redutor mínimo de um terço para efeito de verificação de cabimento da suspensão condicional do processo.

(E) é possível nos crimes formais, se plurissubsistentes.

6. (FCC - 2023)

Pedro e Paulo praticaram crime de furto em concurso de pessoas, tendo o delito chegado ao conhecimento das autoridades. Após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, Pedro, sem o conhecimento de Paulo, restituiu o objeto furtado. O juiz da comarca ainda não analisou a denúncia. Diante da situação hipotética acima mencionada,

- (A) Pedro e Paulo não terão qualquer benefício, pois a restituição se deu após a denúncia.
- (B) somente Pedro fará jus à causa de diminuição relativa ao arrependimento posterior.
- (C) Pedro e Paulo fazem jus à causa de diminuição relativa ao arrependimento posterior.
- (D) Pedro e Paulo fazem jus ao benefício de redução da pena relativa à desistência eficaz.
- (E) somente Pedro fará jus à causa de diminuição relativa à desistência eficaz.

7. (FCC - 2025)

Lucas e Rodrigo são irmãos e ambos possuem porte de arma por serem donos de uma empresa de segurança. Durante uma discussão sobre a empresa, Lucas sacou sua arma e a engatilhou para atirar em Rodrigo. Para se defender da agressão do irmão, Rodrigo também sacou sua arma, único instrumento de que dispunha para sua defesa, e efetuou um disparo na direção de Lucas, acreditando que o tiro não atingiria o funcionário da empresa que estava ao lado do seu alvo. O disparo atingiu somente o funcionário, que teve ferimento no braço. Rodrigo foi denunciado por lesão corporal dolosa contra o funcionário. Na defesa de Rodrigo seria correto alegar:

- (A) erro sobre a pessoa.
- (B) coação moral irresistível.
- (C) legítima defesa real.
- (D) estado de necessidade.
- (E) erro de tipo.

8. (FCC - 2023)

De acordo com a teoria da Tipicidade Conglobante, defendida por Eugenio Raúl Zaffaroni:

- (A) O princípio da adequação social permite a exclusão da tipicidade objetiva quando a conduta praticada estiver autorizada pela ordem jurídica como um todo, considerando-se os usos e costumes.
- (B) O princípio da insignificância permite a exclusão da tipicidade subjetiva da conduta quando a ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma penal for tão ínfima que não justifique a intervenção penal.

(C) A legítima defesa constitui um tipo penal permissivo, razão pela qual a conduta daquele que atua em legítima defesa real carece de tipicidade subjetiva, não sendo necessário perquirir sobre a antijuridicidade.

(D) A conduta do oficial de justiça que, em cumprimento de ordem judicial, comparece à residência do devedor e sequestra seus bens é considerada penalmente atípica por não contrariar a ordem normativa como um todo.

(E) A tipicidade e a antijuridicidade constituem uma categoria única do conceito estratificado de delito, razão pela qual as causas de justificação são situações que excluem a própria tipicidade objetiva.

9. (FCC - 2022)

Jorge, delegado de polícia, sacava dinheiro em uma agência bancária, ocasião em que foi abordado por Ronaldo que, fazendo uso de uma faca, anunciou o assalto, subtraiu o valor sacado por Jorge e fugiu do local com sua motocicleta. Jorge, armado de um revólver, o perseguiu, localizando-o cerca de duas horas após os fatos, há cinco quilômetros do local, quando então efetuou dois disparos contra Ronaldo que, ferido, caiu da motocicleta e morreu no local.

Nesse caso, Jorge

- (A) ficará isento de pena por ter agido em estrito cumprimento de um dever legal.
- (B) agiu em legítima defesa, mas deverá responder pelo excesso.
- (C) ficará isento de pena por inexigibilidade de conduta diversa.
- (D) estará acobertado pela excludente da legítima defesa.
- (E) praticou crime de homicídio doloso.

10. (FCC - 2021)

Considera-se em legítima defesa aquele que

- (A) repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, usando moderadamente dos meios necessários.
- (B) comete o fato sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.
- (C) era, ao tempo da ação ou da omissão, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

1. (FCC - 2024)

De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, é correto afirmar:

(A) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar o progresso adequado de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a eles igual exercício de direitos humanos, ainda que tais medidas conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.

(B) Essa Convenção também se aplica às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte entre cidadãos e não cidadãos.

(C) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais para proporcionar a tais grupos igual gozo de direitos humanos, podendo tais medidas prosseguir, de acordo com cada Estado Parte, após terem sido alcançados os seus objetivos.

(D) Nada nesta Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas à nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.

(E) “Discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas apenas em raça ou cor que tem por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, num mesmo plano, de direitos humanos em qualquer domínio da vida pública.

2. (FCC - 2024)

O Estado “X”, Parte na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, julgou que o Estado “Y”, igualmente Parte, não aplicou as disposições nela contidas. Assim, chamou a atenção do Comitê, o qual trata da eliminação da discriminação racial, sobre a questão. Então, o Comitê transmitiu a comunicação ao Estado Parte “Y” que, no prazo de

(A) um ano, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de dezoito meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.

(B) três meses, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de seis meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, tanto um como o outro terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, endereçando uma notificação ao Comitê assim como ao outro Estado interessado.

(C) dois meses, no máximo, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de um ano a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.

(D) seis meses, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de dezoito meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, tanto um como o outro terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, endereçando uma notificação ao Comitê assim como ao outro Estado interessado.

(E) seis meses, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de dezoito meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.

3. (FCC - 2022)

É qualquer distinção, exclusão restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em um mesmo plano (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.

Trata-se da definição de

- (A) preconceito de cor.
- (B) discriminação racial.
- (C) eugenia.
- (D) misoginia.
- (E) homofobia.

4. (FCC - 2021)

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial estabelece que os Estados-partes condenem toda propaganda e todas as organizações que se inspirem em ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendem justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais, prevendo expressamente a adoção das seguintes medidas positivas expressamente destinadas a eliminar qualquer incitação à discriminação:

(A) declarar delitos puníveis por lei qualquer difusão de ideias baseadas na superioridade ou ódio raciais e qualquer incitamento à discriminação racial.

(B) condenar a segregação racial e o *apartheid* e comprometer-se a proibir e a eliminar, nos territórios sob sua jurisdição, todas as práticas dessa natureza.

(C) assegurar medidas especiais como convier ao desenvolvimento ou à proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a esses grupos contra quaisquer atos de discriminação racial.

(D) assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária contra quaisquer atos de segregação racial.

(E) estabelecer proteção e recursos efetivos perante os tribunais nacionais e outros órgãos do Estado competentes, contra quaisquer atos de discriminação racial.

5. (FCC - 2023)

De acordo com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, os Estados Partes se comprometem a

I. tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa ou órgãos públicos, mas não em relação às empresas.

II. adotar todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher.

III. derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher.

DIREITO PENAL MILITAR

1. (2025)

João e Matheus, policiais militares do Estado Alfa, mediante emprego de arma de fogo e agindo com dolo, reuniram-se e utilizaram de determinado quartel para uma ação militar, em desobediência a uma ordem superior.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é **correto** afirmar que João e Matheus responderão pelo crime de

- (A) omissão de lealdade militar.
- (B) insubmissão.
- (C) conspiração.
- (D) revolta.
- (E) motim.

2. (FCC - 2025)

Reunirem-se militares armados, agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la, configura, em tese, o crime de

- (A) organização de grupo para a prática de violência.
- (B) motim.
- (C) revolta.
- (D) conspiração.
- (E) omissão de lealdade militar.

3. (2024)

João, José e Carlos, militares do Exército Brasileiro, após receberem ordem legal de Petrônio, superior hierárquico, reuniram-se espontaneamente e, mediante o emprego de arma de fogo, negaram-se a cumpri-la.

Registre-se, que, no momento da recusa ao cumprimento da determinação, Márcio, militar subordinado a Petrônio, agindo com dolo e sem dispor de prévio conhecimento sobre os fatos, deixou de utilizar de todos os meios ao seu alcance para impedir o ato criminoso. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar), assinale a afirmativa **correta**.

- (A) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.

(B) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de motim.

(C) João, José e Carlos responderão pelo crime de revolta. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.

(D) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.

(E) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.

4. (2024)

Lucas e alguns colegas, todos policiais militares, encontraram-se para, dolosamente, ocupar um estabelecimento militar, em detrimento da ordem e da disciplina militar. Contudo, antes da execução do crime e quando ainda era possível evitar-lhe as consequências, Lucas denunciou o ajuste de que participou ao seu superior hierárquico.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é **correto** afirmar que a conduta de Lucas caracteriza o crime de

- (A) conspiração, não sendo caso de isenção de pena.
- (B) conspiração, sendo caso de isenção de pena.
- (C) revolta, não sendo caso de isenção de pena.
- (D) revolta, sendo caso de isenção de pena.

5. (2024)

Riobaldo, sargento da Polícia Militar de um estado da região Sudeste, inconformado com o que entendia ser um volume excessivo de trabalho imposto pelo comandante do Batalhão no qual estava lotado, concertou-se com outros 25 militares da mesma unidade para paralisarem por um dia seu serviço de patrulhamento, exigindo do comandante-geral da corporação a exoneração do comandante do batalhão.

Para tanto, decidiram, quando da assunção do serviço, postarem-se sentados no chão, em frente ao portão principal da unidade, impedindo a entrada ou a saída das viaturas utilizadas no patrulhamento ostensivo. Visando

a afirmar o caráter pacífico do movimento, Riobaldo e seus companheiros concordaram em estar desarmados e em trajes civis no momento do planejado protesto.

No dia marcado, ao se deparar com a ação de seus subordinados, o comandante do Batalhão, coronel Ramiro, em três oportunidades, dirigiu ordem direta aos policiais militares para que cessassem com o protesto e retomassem imediatamente seus afazeres, liberando a entrada principal da unidade. Tal determinação, no entanto, foi expressamente rechaçada pelos subordinados, afirmando que não liberariam a circulação das viaturas nem assumiriam suas funções normais naquele dia. Diante disso, o coronel Ramiro advertiu que iria mobilizar o restante de sua tropa, cerca de 90 homens, para retirar à força Riobaldo e seus colegas de farda. Ato contínuo, surpreendendo Riobaldo e os demais companheiros, o cabo Hermógenes, liderando mais 4 militares, exibiu para o comandante armas de fogo que, até então, traziam escondidas sob suas vestes, dando a entender que iriam resistir a qualquer medida de força por ventura determinada.

Diante do acima exposto, é **correto** afirmar, em relação à conduta dos militares que protestavam, que:

- (A) Riobaldo e seus companheiros praticaram o crime de conspiração, previsto no Art. 152 do Código Penal Militar, uma vez que se concertaram para a prática do crime de motim (Art. 149 do Código Penal Militar);
- (B) Riobaldo e todos os demais praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso I do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico e não houve o efetivo emprego do armamento por parte daqueles que se encontravam armados;
- (C) Riobaldo e todos os policiais militares que se encontravam desarmados praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso I do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico, enquanto Hermógenes e os outros quatro militares que se encontravam armados (circunstância não abrangida pelo dolo dos demais) irão responder pelo crime de revolta, previsto no parágrafo único do mesmo Art. 149;
- (D) Riobaldo e todos os policiais militares praticaram o crime de revolta, previsto no parágrafo único do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior

hierárquico, comunicando-se a todos a circunstância de Hermógenes e dos outros quatro militares que se encontravam armados;

(E) Riobaldo e todos os demais policiais militares incidiram em infração disciplinar de natureza grave, uma vez que, conforme a doutrina e a jurisprudência, o lapso temporal do referido protesto não foi suficiente para caracterizar o crime de motim ou de revolta.

6. (2022)

Sargento Louise deu ordem para que os policiais militares recém-empossados permanecessem no quartel aguardando instruções para um treinamento de policiamento ostensivo. Agindo de forma contrária à determinação recebida pela superior, o Soldado Prima e o Soldado Flores reuniram um grupo de seis militares no bar ao lado do quartel, e passaram a criticar sua superior hierárquica de forma desrespeitosa.

Nessa situação hipotética, os soldados militares

- (A) praticaram o crime de motim.
- (B) praticaram o crime de omissão de lealdade.
- (C) praticaram o crime de revolta.
- (D) praticaram o crime de insubmissão.
- (E) estavam corretos ao negar-se a cumprir a ordem da Sargento Louise, pois a ordem é ilegal por violar o direito constitucional de ir e vir.

7. (2022)

Com base no Código Penal Militar, é **correto** afirmar que

- (A) o princípio da insignificância se aplica aos crimes militares de posse de entorpecente, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- (B) a diferença entre motim e revolta é que, no motim, os agentes estão armados.
- (C) o crime de conspiração ocorre quando os militares se ajustam para a prática de motim ou revolta.
- (D) o uso indevido de uniforme, quando praticado por militar, configura transgressão disciplinar e, quando praticado por civil, é crime.
- (E) o crime de desrespeito a superior pode ocorrer na forma dolosa ou culposa.